Ano VII - Nº 4.255

Terça-feira, 11 de Março de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Dia do Desarmamento Infantil

Projeto de Toinho Carolino institui o dia 15 de abril para promover a cultura da paz

O dia 15 de abril foi instituído pela Unesco como Dia Mundial do Desarmamento Infantil. Tomando a data como parâmetro, o vereador Toinho Carolino (PTN) sugere a instituição também do Dia Municipal do Desarmamento Infantil para incentivar, em Salvador, a cultura da paz. A ideia é aproveitar a data para promover atividades que preguem a paz e a destruição tanto de armas de fogo quanto de brinquedo.

Leia mais na página 2



Foto: Internet

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Toinho Carolino propõe Dia do Desarmamento Infantil

Projeto do vereador institui a data 15 abril para promover em Salvador a cultura da paz

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Toinho Carolino

O vereador Toinho Carolino (PTN) propôs, por meio do Projeto de Lei nº 757/13, que seja instituído, em 15 abril, o Dia Municipal do Desarmamento Infantil. A ideia é incentivar as campanhas para o desarmamento e promover a cultura da paz.

De acordo com a proposta do vereador, o dia será uma oportunidade de ensinar alternativas saudáveis para as crianças se habilitarem à capacidade de resolver seus problemas sem fazer uso da violência. O dia 15 abril foi escolhido pela Unesco para celebrar o Dia Mundial do Desarmamento Infantil.

Destruição de armas

"As pesquisas brasileiras têm mostrado que a promoção da cultura da paz é uma alternativa bem-sucedida na prevenção à violência entre crianças e jovens. Esses estudos demonstram que o ensino de habilidades comuns como empatia, assertividade e resolução de problemas diminuem a frequência de comportamentos agressivos", justificou.



Fotos: Internet



Como desmembramento do projeto, o vereador sugeriu que nesta data o Município promova a destruição de armas de fogo e de brinquedo. Ele propõe ainda que seja debatida publicamente a relação entre proliferação de armas e aumento nos índices de criminalidade, buscando soluções que envolvam a cooperação entre o governo e as organizações não governamentais, entre os militares e os civis.

Para o vereador Toinho Carolino, o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826), aprovado em 2003, é uma das principais conquistas da população brasileira, pois permite salvar vidas. Segundo ele, o Estatuto se tornou referência para outros países interessados em reduzir as taxas de homicídios.

Comissão de Transportes propõe mudanças para o carnaval

Euvaldo Jorge apresentará propostas para dar mais fluidez ao trânsito

O presidente da Comissão de Trânsito, Transportes e Serviços Municipais da Câmara, vereador Euvaldo Jorge (PP), considerou positivas as medidas adotadas pela prefeitura durante o carnaval. Porém, pondera que novas alternativas deverão ser implementadas em 2015, possibilitando melhor fluidez do tráfego bem como o acesso ao transporte público.

Para isso, o colegiado apresentará ao prefeito ACM Neto propostas para a mobilidade urbana para a folia momesca como a que trata da centralização de vendas de abadás. De acordo com o projeto, a comercialização deverá ocorrer em áreas estruturadas fora do trajeto dos circuitos oficiais e de grandes centros, reduzindo consideravelmente os congestionamentos formados em áreas importantes como as regiões do Iguatemi, Barra, Centro e Pelourinho.



Vereador Euvaldo Jorge

Outra sugestão diz respeito aos bolsões de estacionamentos em diferentes pontos da cidade com oferta de micro-ônibus transportando os foliões - identificados por pulseiras - até perto dos circuitos; além de uma maior fiscalização da via exclusiva para táxi.

"É preciso uma fiscalização mais rígida. Muitos carros particulares desrespeitaram a via exclusiva, prejudicando a fluidez do tráfego e, consequentemente, o retardo na oferta de táxis para a população usuária", justifica o líder pepista alertando que a superlotação de carros particulares nas ruas pode ser atribuída a pouca oferta de ônibus e táxis para atender a grande demanda de foliões, principalmente na volta para casa. "É importante conduzir essas pessoas com celeridade e conforto. Ouvi muitas reclamações a respeito", afirma.

Sobre as irregularidades cometidas por alguns taxistas quanto às cobranças sem uso do taxímetro, o vereador Euvaldo Jorge sugere o retorno do zoneamento da cidade, em que os valores do ponto de partida até o destino dos passageiros sejam pré-fixados pelo Poder Público através de tabela. Para inibir os abusos, os usuários também receberiam um bilhete com a comprovação de que o veículo está credenciado junto à Prefeitura, numero do alvará, placa, origem, destino da corrida e valores. "Deverá haver ainda uma forma de punição para os taxistas que desrespeitarem as normas. Porém não considero que a apreensão do veículo seja a melhor opção, porque penaliza ainda mais o usuário com a diminuição da oferta", finaliza.

Mesa Diretora da sessão ordinária é especialmente feminina

As seis vereadoras da Câmara conduzem os trabalhos na Casa e marcam passagem pelo Dia da Mulher

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no sábado, 8 de março, a Mesa Diretora da primeira sessão ordinária da Câmara Municipal após o recesso de Carnaval, realizada na segunda-feira (10), foi ocupada pelas seis vereadoras com mandato na Casa. Por iniciativa do vereador Arnando Lessa (PT), que presidia a sessão, Fabíola Mansur (PSB), Tia Eron (PRB), Aladilce Souza (PCdoB), Vânia Galvão (PT), Ana Rita (Pros) e Cátia Rodrigues (PMN) foram convidadas a dirigir a sessão, cabendo a presidência a Fabíola.

Fotos: Valdemiro Lopes



As seis vereadoras ocuparam a Mesa na sessão ordinária de segunda-feira

Arnando Lessa chamou a atenção para o comprometimento e atuação da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela vereadora Tia Eron, que luta por uma maior inserção da mulher e que especialmente neste mês planeja algumas ações em comemoração à data.

Projetos

Na oportunidade a vereadora Fabíola Mansur solicitou ao vereador Kiki Bispo (PTN), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que acelere os projetos que digam respeito e defendam os interesses das mulheres para que possam ser votados ainda neste mês de março.

O líder do governo, Joceval Rodrigues (PPS), exaltou o que, segundo ele, se apresentou como "uma das mesas mais belas". "Essas mulheres orgulham esta Casa. Apesar das divergências partidárias, como mulheres estamos muito bem representados. Parabéns a cada uma de vocês", ressaltou Joceval.

Todos os vereadores parabenizaram as mulheres e fizeram registros sobre o desempenho e atuação das vereadoras na atual legislatura.

Mais segurança para pessoas com deficiência

Geraldo Júnior propõe que cidadãos possam parar fora dos pontos de ônibus

Os usuários do transporte coletivo municipal com deficiência e mobilidade reduzida poderão ter o direito de desembarcar fora dos pontos de ônibus, desde que seja respeitado o itinerário da linha. A proposta foi encaminhada para a mesa diretora da Câmara Municipal de Salvador pelo vereador Geraldo Júnior (SDD), através do Projeto de Lei nº 482/13.

De acordo com a proposta, o direito de desembarque entre as paradas obrigatórias não se aplica aos corredores exclusivos de ônibus do sistema público de transporte. Na impossibilidade de parada no local indicado pelo usuário, deverá ser observado pelo condutor o lugar mais próximo do solicitado, desde que garantida a sua segurança. A lei entra em vigor na data da sua publicação.

"Buscamos alternativas de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais. As limitações físicas dessas pessoas muitas vezes as inibem da vida social pelas dificuldades com que se deparam no cotidiano. É



Vereador Geraldo Júnior

sabido por todos nós, que não somente Salvador, como todo nosso país, é minimamente estruturado para o atendimento dessa parcela da sociedade.", justificou Geraldo Júnior.

O vereador destaca, ainda, a importância da aprovação do projeto de lei para o conforto e a segurança das pessoas com deficiência. "Propusemos pouco a pouco encontrar medidas viáveis e satisfatórias. Portando, pela relevância social que reveste a proposta, colocamos a Câmara na linha de frente para minimizar os obstáculos enfrentados por esta especial parcela da nossa sociedade", concluiu Geraldo Júnior.

CÂMARA MUNICIPAL

8ª SESSÃO ORDINÁRIA
2º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 12 DE MARÇO DE 2014 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação Ata (2º secretário)
Leitura Expediente (1º secretário)

ATA

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR LÉO PRATES (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALAN CASTRO, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ARNANDO LESSA, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DAVID RIOS, DUDA SANCHES, ERON VASCONCELOS, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO (LICENCIADO), FABÍOLA MANSUR, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HEBER SANTANA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELL MORAES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ, SÍLVIO HUMBERTO, SOLDADO PRISCO, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Telegramas do Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde; Comunicados de recursos do Orçamento da União empenhados e pagos aos Municípios; Ofícios n.s 00335, 00338 e 04983 do subchefe de Gabinete do governador. Terminada a leitura do Expediente, no **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Léo Prates. O edil disse estar cada vez mais convencido de que as Leis do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) estão corretas e considerou que os contrários a elas estão confundindo a própria Lei com sua execução e defendendo os ricos, que estão acostumados a não pagar impostos. Disse que as Leis atenderam ao princípio da anterioridade nonagesimal, embora não-aplicável ao IPTU, conforme previsto na própria Constituição Federal. Lembrou que, de 2006 para cá, foi realizada atualização monetária e não, aumento do Valor Unitário Padrão (VUP). Considerou falácia dizer que a renda do trabalhador não acompanhou o aumento, já que o salário-mínimo aumentou 141%. O vereador Luiz Carlos Suíca parabenizou o vereador Geraldo Junior pelo seu programa de rádio. Parabenizou, também, o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, pela atuação. Agradeceu ao governador Jaques Wagner por sancionar a Lei "anticalote", que tem similar apresentada na Casa, a qual espera ver logo apreciada. Registrou a satisfação da comunidade de Pernambués com a inauguração de unidade do *Saúde da Família*. Parabenizou o Sindicato dos Trabalhadores da Previdência Social (Sindprev) pela posse dos novos dirigentes, desejando-lhes uma boa atuação; o companheiro Lazinho, pelo seu retorno ao Olodum; e os Filhos de Gandhy, pelos 65 anos de fundação. Por fim, lamentou que a obra da escola municipal de Nova Constituinte tivesse sido interrompida devido a briga de herança, e pediu intervenção da Prefeitura para resolução da questão. Pela ordem, o vereador Geraldo Junior registrou ida, ontem, à Assembleia Legislativa, para a Sessão Especial em comemoração aos 189 anos da Polícia Militar (PM), e declarou-se feliz por o vereador Luiz Carlos Suíca reconhecer a melhora nos índices da segurança pública. Pediu registro, nos Anais da Casa, de artigo do jornal *Tribuna da Bahia* em que o secretário Maurício Barbosa fala sobre o sistema de inteligência na Segurança do Estado. A vereadora Aladilce Souza comentou a vinda, à Casa, do secretário municipal de Finanças Mauro Ricardo, para prestação de contas sobre o último quadrimestre de 2013. Lamentou que, na ocasião, ele tenha criticado os vereadores que se opõem às mudanças no IPTU, tachando-os de defensores dos ricos e especuladores, o que a fez sentir-se ofendida. Criticou o secretário por não haver esclarecido a metodologia empregada na atribuição dos novos valores venais dos imóveis, e pela pressa em arrecadar, que teria levado ao uso de critérios subjetivos no lugar de correção monetária, criando-se uma supervalorização artificial. Criticou, ainda, o fato de Substitutivo sobre alíquotas não haver sido visualizado em meio à pressa na votação do Projeto. Considerou terrorismo a fala do secretário sobre a possibilidade de a cidade parar por causa dos questionamentos judiciais ao tributo, e parabenizou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por agir nesse sentido. Em aparte, o vereador Hilton Coelho associou-se e afirmou que a votação seguinte, para corrigir a Taxa de Lixo, atesta os erros na votação do IPTU. Em comunicação inadiável, o vereador Sílvio Humberto parabenizou o Sindicato dos Feirantes pela posse de sua nova Diretoria. Também em comunicação inadiável, o vereador Cláudio Tinoco informou que, naquele instante, o prefeito estava dando posse aos membros do Conselho Municipal das Comunidades Negras. Ainda em comunicação inadiável, o vereador Gilmar Santiago associou-se quanto à instalação desse Conselho e informou haver estado, junto ao vereador Sílvio Humberto, com a secretária estadual de Reparação, Ivete Sacramento, para tratar da regulamentação das cotas em concursos públicos. Com a palavra, a vereadora Vânia Galvão elogiou o vereador José Trindade pelas declarações contrárias ao procedimento de votação do IPTU, comentando aspectos tratados pelo edil, como a inconstitucionalidade na determinação dos critérios de cobrança do tributo – através de decretos e instruções normativas lançados no apagar das luzes. Criticou a contratação, pelo secretário Mauro Ricardo, de escritório de advocacia paulista, pelo preço de 230 mil reais, para fornecer parecer sobre o novo IPTU, em desprezo à Procuradoria do Município, a quem caberia tal incumbência. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha agradeceu à PM pela entrega à Casa, através dele, da Medalha Marechal Argolo-Visconde de Itaparica, na comemoração dos 189 anos da instituição, à qual esteve presente acompanhado do vereador Geraldo Junior. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu a retirada do Projeto de Indicação n. 29/14. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo parabenizou os Filhos de Gandhy pelos 65 anos de fundação da entidade. O vereador Cláudio Tinoco comentou a audiência do 3º quadrimestre de 2013. Agradeceu aos pares que compareceram e declarou-se feliz com o desempenho do Município, que apresentou um aumento de 500 milhões de reais em sua receita, em comparação à de 2012, mediante uma política de ajuste fiscal, redução de despesas, ampliação da arrecadação e equacionamento de prioridades. Desejou mais transferências federais e estaduais, como as destinadas às ligações para a Lapa e Iguatemi-Paralela. Sobre o IPTU, disse que cerca de 92% dos imóveis que foram lançados não sofrerão aumento de mais de 14,6%, e somente quatro mil imóveis (terrenos) terão aumentos elevados. Esses números indicam para quem esta administração está legislando. Sobre a contratação da consultoria em advocacia, considerou natural na administração pública, mencionando a contratação, pelo Estado, por 40 milhões e sem licitação, de consultoria para uma ponte. Nas **Representações Partidárias**, inicial-

mente ocupou a Tribuna o vereador Joceval Rodrigues. O edil discordou da opinião de que "tudo se pode fazer no estado, nada na cidade". Em aparte, o vereador Kiki Bispo esclareceuque a contratação da consultoria deveu-se ao fato de a Procuradoria do Município não ter conseguido convencer a OAB de que a legislação do IPTU estava correta. O orador, concluindo, parabenizou o prefeito por estar empossando o Conselho Municipal de Cultura e estimou êxito à administração ACM Neto. O vereador Gilmar Santiago comentou sobre a audiência de apresentação das contas do 3º quadrimestre de 2013, na qual constatou a pouca presença dos vereadores da bancada do Governo. Parabenizou o vereador José Trindade pela autonomia com que vem exercendo seu mandato. Criticou que o PSDB defenda a legislação do IPTU em Salvador, quando, em São Paulo, entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn). Considerou que a apresentação do secretário Mauro Ricardo não convenceu. Em aparte, a vereador Aladilce Souza lembrou que o secretário contratou, por 10 milhões, empresa paulista para implantar a logística da *Nota Salvador*, que até agora não trouxe o retorno esperado. Retomando a palavra, o vereador Gilmar Santiago questionou qual seria a "mágica" do aumento da arrecadação do IPTU, de 286 milhões, no ano passado, para 800 milhões, neste ano, já que 95% dos imóveis foram isentados e apenas quatro mil terão aumento do tributo. Opinou que o prefeito recuasse e criticou a contratação, sem licitação, de escritório de advocacia paulista. O vereador Euvaldo Jorge comentou sobre o *outdoor* que exibe um beijo entre dois homens, alvo de vandalismo em Vitória da Conquista. Considerou um desrespeito a semelhança entre um dos homens e a figura de Jesus Cristo, motivo pelo qual entrará com Moção de repúdio. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues parabenizou o orador pela fala, enfatizando o respeito às diferenças, mas o respeito, também, a líderes religiosos, que não devem ser utilizados em campanhas sensacionalistas. Concluindo, o orador disse ser a favor de qualquer forma de amor, mas contra manipulações com a imagem de Jesus Cristo. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha convidou para audiência pública, no dia 13 de março, para debater a limpeza urbana em Salvador e, na oportunidade, informou coleta de assinaturas para a urgência urgentíssima do Projeto que cria a Frente Parlamentar em Defesa da Limpeza Urbana. Também em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza parabenizou o vereador José Trindade pela ação impetrada contra o IPTU. Ainda em comunicação inadiável, o vereador Sílvio Humberto reiterou solicitação à Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop) e à Secretaria de Infraestrutura e Defesa Civil (Sindec) para realizar operação tapa-buracos nas ruas do entorno da Igreja de Itapuã. O vereador José Trindade explicou que o objetivo maior da ADIn que moveu, sobre o IPTU, é garantir os direitos dos cidadãos. Disse que não comentaria os aspectos jurídicos da questão, já explicados em várias peças que contestam judicialmente a mudança no tributo. Declarou ser a favor do reajuste, mas sob critérios coerentes. Leu e comentou trechos de artigos de jornal sobre a questão, como o do economista e ex-secretário estadual de Finanças, Armando Avena (que reputou eivado de erros o Projeto, e gravoso o aumento, capaz de chegar ao índice de 190% em um ano) e o do vereador licenciado e advogado tributarista Edvaldo Brito (para quem, as condições econômicas do País não permitirão avanços com esse gravame). Comentou ainda as tabelas que a Prefeitura criou para embasar a tributação, nas quais são equiparados, pra tal fim, bairros desiguais como Graça e São Cristóvão, o que o faz supor que paulistas criaram tais critérios (por desconhecerem a cidade). Lamentou o fato de os vereadores haverem se submetido a artifícios de decretos e instruções normativas. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza parabenizou o orador, lembrou que o estabelecimento de base-de-cálculo por instrução normativa fere competência da Casa e criticou o fato de Decreto haver sido criado em 30 de agosto para regulamentar Lei que só foi criada em 4 de setembro. Retomando a palavra, o vereador José Trindade comentou artigo de sua própria autoria, publicado no Diário Oficial do Legislativo (DOL), no qual afirmou que a majoração do IPTU comercial é barreira para o empreendedor. Considerou terrorista e falaciosa a declaração do secretário Mauro Ricardo sobre a possibilidade de a cidade parar, lembrando que o próprio prefeito disse, em sua Mensagem, que a Prefeitura havia pagado todas as contas e ainda obtido uma sobra de 400 milhões de reais. Citou o vereador Léo Prates quanto à alegação de risco de faltar dinheiro para serviços como de Educação e Saúde, questionando por que não se tomavam medidas como a criação de um plano de recuperação da Dívida Ativa (que envolve bilhões) ou a cobrança de Imposto sobre Serviços (ISS) de grandes instituições, como as financeiras. Concluiu afirmando que o PSL é aliado da Prefeitura, mas não a ela submisso. O vereador Joceval Rodrigues agradeceu aos vereadores, especialmente ao vereador Euvaldo Jorge, a aprovação do Projeto de recarga *online* do *SalvadorCard*. Sobre o IPTU, disse que a atualização da planta genérica se fazia necessária, em favor do aumento da arrecadação. Em aparte, o vereador Léo Prates questionou como um vereador governista pode ter dito que foi ludibriado, se a Lei da progressividade foi aprovada pela Casa com os intervalos, alíquota efetiva, depois de aplicada, com o excedente, com voto do vereador Edvaldo Brito. Lembrou que mais de 200 mil famílias foram beneficiadas e considerou que o discurso refletia uma postura petista. Em aparte, o vereador Kiki Bispo estranhou a rápida mudança de postura do edil José Trindade. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão criticou atribuir-se ao PT ações que foram impetradas e afirmou que o vereador José Trindade, do PSL, entrou com ação, e isso nada tem a ver com o secretário Rui Costa. Novamente pela ordem, o vereador Léo Prates lamentou que articulações em ano eleitoral sejam feitas para prejudicar a cidade e que uma pessoa abastada usasse ironias para tentar desestabilizar a administração municipal. O vereador Cláudio Tinoco disse entender legítima a posição do vereador José Trindade, embora dela discorde, e que só ele pode dizer por que mudou. Lamentou o uso de ironias que rebaixam o debate. Considerou que era preciso correção do cadastro. Informou que não só a Dívida Ativa, mas também a Dívida Corrente estão sendo mais bem administradas. Lembrou que a Prefeitura chamou a população para o recadastramento, que há trava e os estágios do imposto, e, por isso, defendeu a discussão, a fim de evitar paralisação em razão de anulação da Lei que ensejaria reordenamento do Orçamento, com impacto especialmente na Saúde e na Educação. O vereador Léo Prates reconheceu debater veementemente as questões trazidas, mas afirmou sempre respeitar todos. Destacou sua atuação na Casa, sua história política e sua origem e relação familiar, de que muito se orgulha. Ressaltou o poder da transformação através da educação e defendeu o IPTU, que beneficia a cidade e os mais pobres. O vereador Arnando Lessa solidarizou-se à Procuradoria do Município, criticando o prefeito pela dispensa de licitação e contratação, por 230 mil reais, de advogado paulista para emitir parecer sobre Lei votada nesta Casa. Considerou o ato uma afronta e desrespeito à Procuradoria, cujos profissionais são altamente qualificados. O vereador Waldir Pires afirmou que os desvios relacionados ao IPTU existiram desde o início do seu processo de alteração, e criticou o Decreto da Reforma Tributária, e a criação das duas sociedades de economia mista, uma recebendo 50 milhões de reais e a outra, cinco milhões, para atuarem em competências que são da própria Secretaria de Finanças. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, a Senhora presidente Fabíola Mansur declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para amanhã, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Aladilce Souza, Geraldo Junior e Paulo Câmara.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

LICENÇA MÉDICA PRORROGAÇÃO		
3264	IVANILDO TENÓRIO DA SILVA	08/03/2014 A 15/04/2014
6017	MARCELO ROBERTO SANTANA SANTOS	23/02/2014 A 21/03/2014

LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DA FAMÍLIA		
2040	AMÁLIA MARIA AZEVEDO PEREIRA	11/02/2014 A 12/03/2014

PROCESSO DEFERIDO

Abono de Falta

Cad.	Servidor	Proc. nº
6034	Lourdes Maria Vieira Nascimento	00154/2014

PROCESSO INDEFERIDO

Saldo do A.S.

Cad.	Servidor	Proc. nº
3320	Valfran Facchinetti Ribeiro	00190/2014

Duda Sanches indica campanha de livros

Vereador sugere doação e troca de obras como forma de incentivo à leitura

Ler é preciso, ter livros é imprescindível. Pensando nisto, o vereador Duda Sanches (PSD) indicou ao prefeito ACM Neto que o Executivo Municipal encaminhe à Câmara Municipal de Salvador um projeto de lei visando à criação de uma campanha de doação e troca de livros universitários na cidade.

O vereador salienta que "falta campanhas de conscientização sobre a necessidade de doação de livros para instituições que possam levar o conhecimento a disposição de todos".

Duda Sanches frisa que o livro é a principal ferramenta da formação do ser humano, transformando o intelecto de cada individuo em prol do bem comum.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador Duda Sanches

Palhinha indica Centro Social no Subúrbio

Proposta do vereador valorizará atividades educativas e esportivas



Vereador Orlando Palhinha

O vereador Orlando Palhinha (DEM) indicou ao prefeito ACM Neto a realização de estudos para a desapropriação do Campo da Centel, localizado no Bariri, em Plataforma, no Subúrbio Ferroviário, a fim de que seja construído no local um Centro Social Urbano, praça esportiva e Unidade de Saúde da Família.

De acordo com o vereador Orlando Palhinha, a construção de um Centro Social valorizará a prática esportiva e o desenvolvimento de atividades sociais.

"A população jovem será a principal beneficiada, além de praticar esporte, terá acesso a cursos profissionalizantes e outras atividades educativas que afastem de práticas ilícitas e possibilitem uma formação cidadã", justificou.

Foto: Internet



Conforme a proposta do vereador, a medida irá beneficiar os bairros próximos que não têm opção para a prática de atividades esportivas, como Rio Sena, Ilha Amarela, Planalto Real, Conjunto Senhor do Bonfim, dentre outros.

Sobre a proposta de criação da Unidade de Saúde da Família, o vereador Palhinha justificou que é importante o investimento em saúde preventiva, pois, segundo ele, "é mais barato e oferece resultados que proporcionam melhor qualidade de vida para a população".

A Comissão de Constituição de Justiça da Câmara Municipal de Salvador deu parecer favorável à indicação do vereador.

Alemão propõe inclusão de jovens aprendizes no "Meu Bairro Limpo"

Proposta do vereador é que selecionados trabalhem logo em seguida na comunidade

O vereador Alemão (PRP) indicou ao prefeito ACM Neto a inclusão no programa "Meu Bairro Limpo" a utilização de mão de obra de jovens aprendizes. A proposta, segundo ele, é que "os jovens sejam relacionados e indicados, através das associações comunitárias, para as empresas de limpeza urbana".

Como desdobramento desta medida, o vereador Alemão sugere que os jovens selecionados pelas associações atuem na própria comunidade, cuidando da manutenção, limpeza e ordenamento dos depósitos de lixo.

Além disso, prevê a distribuição de cartilhas para conscientizar os moradores sobre o risco da saúde pública ao descartar o lixo nas ruas. Ele frisa que "o programa jovem aprendiz dá todas as garantias trabalhistas, além de capacitá-lo para uma nova profissão".

Para participar será preciso ter entre 18 e 23 anos, estar cursando o ensino fundamental ou ter concluído o segundo grau. A carga horária é de 4 horas, de segunda a sexta-feira, com duração de dois anos. O pagamento será de 50% do salário mínimo somado a 20% de insalubridade, além de transporte e alimentação.



Vereador Alemão

Outra proposta do vereador Alemão é que a partir do cadastramento e da seleção feita pelas associações comunitárias, os jovens sejam aproveitados, logo em seguida, para trabalhar na comunidade, servindo de exemplo.